De São Borja ao Catete: A campanha de Getúlio Vargas na eleição presidencial de 1950.

DANDARA DE OLIVEIRA*

O processo eleitoral, como objeto de análise, ainda é um campo dominado pela Ciência Política e pela Sociologia. Historiadores pouco se aventuram por essa temática, central em democracias representativas como a brasileira. Este artigo pretende analisar, historicamente, a organização da campanha eleitoral de 1950[1] do candidato Getúlio Vargas e como ele tratou temas centrais, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Estado Novo, a partir das categorias de análise propostas por Raoul Girardet, em seu livro *Mitos e mitologias políticas* (1987), e dialogando com a produção historiográfica brasileira, especialmente *A invenção do trabalhismo* (1988) de Ângela de Castro Gomes.

A eleição de 1950, elemento central desse artigo, está inserida em um período de ampliação do coeficiente de participação nos processos eleitorais, iniciado com o Código Eleitoral de 1932. Mudanças importantes visavam esse alargamento, como a criação da Justiça Eleitoral, do voto secreto e obrigatório para alguns segmentos sociais, além da extensão do direito de voto às mulheres. A eleição de 1934 contou, ainda, com mais uma mudança, a redução da idade mínima de 21 para 18 anos para o voto obrigatório. O corolário dessas alterações foi o acréscimo de mais de 700% na participação dos eleitores entre 1933 e 1950, pois se a eleição para a Assembleia Constituinte contava com 1.466.700 eleitores inscritos (BRASIL, 1951: 549), em 1950 o eleitorado passa de 11 milhões (BRASIL, 1973: 7).

O fim da ditadura do Estado Novo também influiu sobre o processo eleitoral, para além do retorno dos pleitos. A ampliação do eleitorado trouxe, para o campo político, atores que possuíam práticas políticas que não passavam pelo sufrágio e, por outro lado, reforçou os partidos com a exclusividade perante a apresentação de candidaturas. Essa conjuntura, de abertura política, reforço dos partidos e ampliação dos votantes, concedeu proeminência a

---

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada e bacharela em História pela mesma universidade (2016) e em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Estácio de Sá (2010).

[1] A eleição ocorreu em 3 de outubro de 1950 com os seguintes candidatos: Cristiano Machado (PSD/MG), Eduardo Gomes (UDN/RJ), Getúlio Vargas (PTB/RS) e João Mangabeira (PSB/BA).

campanha eleitoral pelo imperativo do convencimento de um amplo público.

A democratização do acesso às urnas tornou imprescindível algum nível de diálogo com a demanda desses novos atores, principalmente pela existência de uma experiência política que não passava pelo sufrágio. Nesse sentido, o voto ocupava espaço em um sistema de barganha que deveria ser convertido em melhorias:

> *O eleitor se comporta como uma espécie de jurado em um concurso, onde irá decidir quem é digno de determinado cargo, cargo que só produzirá benefícios para quem vai exercê-lo, mas não para quem decidiu quem irá ocupá-lo. O voto é percebido como um presente. E como todo presente não é dado a qualquer um, mas somente a quem o mereça; de modo que o ato de "dar o voto" impõe a necessidade de uma retribuição e estabelece uma reciprocidade. Votar é uma via de mão dupla, uma troca, em que o eleitor dá o que tem: o voto, e o candidato retribui com aquilo que o eleitor necessita e pede: o favor (DUARTE, 2002: 191).*

Favor, nesse sentido, não deve ser interpretado somente como questões individuais – emprego, indicação – mas, também, uma forma palpável de obter melhorias para a vida na comunidade – pavimentação, saneamento básico, construção de hospitais.

A premência de dialogar com as demandas desses novos atores foi primordial durante a campanha eleitoral de 1950, que começou a alvoraçar a política nacional dois anos antes. Em janeiro de 1948, União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD) converteram a aproximação que ocorreu ao longo do governo Dutra, no Acordo Interpartidário. As duas legendas, e o Partido Republicano (PR) que também integrava o acordo, somavam ampla maioria, contribuindo para que, do ponto de vista da política institucional, Eurico Gaspar Dutra tenha tido uma gestão sem grandes sobressaltos.

O acordo, todavia, possuía propósitos outros. A definição de um postulante para a sucessão presidencial que, contando com o suporte dos três partidos, galgasse um caminho sereno até o Palácio do Catete. Um candidato da unificação nacional que se tornaria um entrave para as possíveis pretensões do obsoleto ditador Getúlio Vargas. Para tanto, um plantel foi formado, seu propósito era encontrar o candidato que possuísse os atributos que os três partidos almejavam.

A busca pelo candidato ideal adentrou o ano de 1949. A UDN, através de seu presidente José Eduardo Prado Kelly, asseverou que o nome deveria sair de uma candidatura

extrapartidária. Porém, alguns membros do PSD enxergavam o catarinense Nereu Ramos[2] como candidato natural, sendo o vice-presidente e representante da maior legenda. Na esperança de resolver o imbróglio, Valter Jobim, governador do Rio Grande do Sul, apresentou uma proposta que previa a consulta prévia dos líderes de todos os partidos, incluindo Getúlio Vargas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Adhemar de Barros do Partido Social Progressista (PSP). Nereu Ramos e Arthur Bernardes foram destacados para as consultas do que ficou conhecida como Fórmula Jobim. Novamente não houve progresso. Nereu Ramos se colocava como candidato, mas seu nome não tinha respaldo nas *hostes* da UDN e PR, além de não contar com o apoio do atual presidente, por ser um quadro do PSD muito próximo a Getúlio Vargas. Após fracassar, a Fórmula Jobim foi substituída pela Fórmula Mineira, elaborada por Benedito Valadares (PSD/MG). Consistia, basicamente, na mesma formulação de Valter Jobim, a única alteração é que o candidato da unificação nacional deveria ser escolhido entre os pessedistas mineiros.

Esse ditame esgotou as possibilidades de acordo e a UDN passou a articular uma nova candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes[3], homologada na convenção do partido em maio de 1950. O PSD saiu enfraquecido dessas dilatadas negociações, não encontrou um nome que pudesse ser apoiado pelas três legendas e viu seu candidato natural, Nereu Ramos,

---

[2] Nereu de Oliveira Ramos nasceu em Lajes (SC) no ano de 1888. Em 1911, já em Florianópolis, elegeu-se deputado estadual, no ano seguinte renunciou ao mandato parlamentar para assumir as funções de secretário da delegação brasileira nas conferências internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio. Em 1919, exerceu pela última vez um mandato de deputado estadual, permanecendo na oposição ao governo catarinense chefiado, entre 1918 e 1924, por Hercílio Luz. Foi líder da campanha liberal em Santa Catarina, em 1930. Nereu também esteve presente na "caravana democrática" que promoveu comícios no Nordeste com a participação de João Neves da Fontoura, Maurício de Lacerda, Adolfo Bergamini e outros destacados oposicionistas. Foi eleito deputado federal em 1930, mas com a Revolução e o fechamento do congresso extinguiu-se seu primeiro mandato. Apoiou a Revolução Constitucionalista e com a derrota do movimento foi posto sob vigilância e proibido, durante algum tempo, de deixar Florianópolis. Candidato a constituinte, Nereu obteve a maior votação em seu estado, conquistando uma das vitórias mais significativas da oposição em todo o país. Em 1935 o elegeram governador do estado, dando início a um período de dez anos em que esteve à frente do governo de Santa Catarina. Nereu foi convertido em interventor logo após a implantação do Estado Novo. Foi o condutor do processo de formação do PSD catarinense durante a redemocratização, sendo eleito senador e deputado em 1945. Em setembro de 1946 foi eleito pelos constituintes, vice-presidente da República e no ano seguinte assumiu a presidência do PSD (ABREU, 2001).

[3] Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis (RJ), em 1896. Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1916. Participou, em 1922, do levante do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas contra o governo federal, que marcou a década de 20 no Brasil. Foi ferido e preso, enquanto alguns de seus companheiros foram mortos na praia de Copacabana. Em novembro de 1935, como comandante da 1º Regimento de Aviação, deu combate ao levante deflagrado contra o governo federal por setores da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1937, pediu exoneração do comando desse regimento por se opor à decretação do Estado Novo. Foi candidato à presidência pela UDN em 1945 e 1950, em ambas saiu derrotado (ABREU, 2001).

perder espaço para Cristiano Machado[4], político mineiro de pouca expressão a nível nacional. O PTB, entretanto, saiu fortalecido. Sem se comprometer com o processo, mas expressando um apoio incondicional à proposta do candidato de unificação, Getúlio Vargas construiu uma narrativa de abnegação: não almejava o poder e só aceitou ser candidato devido à incapacidade das outras legendas de apresentar um nome que respondesse o clamor do povo.

A abnegação do poder foi reforçada durante toda a campanha. Vargas seria candidato para responder ao clamor do povo, não havia interesse próprio em ocupar novamente a presidência do país. João Neves da Fontoura[5], diretor da campanha, atentou para formalizar a candidatura somente quando os demais partidos já haviam divulgado seus respectivos escolhidos. Assim, Getúlio seria o candidato do povo e somente se empenharia em ações que resultassem em melhorias para os seus eleitores:

> *Quanto a mim, embora apresentado por alguns partidos, eu não sou propriamente, um candidato partidário. Eu sou exatamente um candidato do povo. Chamado pelo povo, conclamado pelo povo, vim para atender aos interesses do povo e só com este tenho compromissos. A minha vitória depende da vontade do povo e a ela vo-la entrego (VARGAS, 1951: 637).*

A reiterada retórica da abnegação dialoga com as definições de mitos políticos

---

[4] Cristiano Monteiro Machado nasceu em Sabará (MG) em 1893. Formou-se em farmácia no ano de 1910 pela Escola de Ouro Preto e em 1918, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Retornando a Belo Horizonte, dividiu de 1919 a 1922 um escritório de advocacia com Francisco Campos, futuro ministro da Justiça do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e principal redator da Constituição de 1937. Em 1924, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em 1930, foi eleito para a Câmara dos Deputados na legenda do Partido Republicano Mineiro. Entretanto, renunciou ao mandato em setembro do mesmo ano para ocupar a Secretaria do Interior do governo estadual de Olegário Maciel (setembro de 1930 a setembro de 1933). Foi constituinte em 1934 e apresentou diversas emendas ao anteprojeto governamental de Constituição e, em abril de 1934, lançou o nome do general Góis Monteiro à presidência da República. Em 14 de outubro do mesmo ano, foi eleito deputado federal pelo PRM. Em 1936 renunciou a seu mandato legislativo para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Cristiano Machado deixou a secretaria do governo mineiro apenas em novembro de 1945, em decorrência da deposição de Getúlio Vargas e do término do governo Valadares. Ainda em 1945filiou-se ao PSD (ABREU, 2001).

[5] João Neves da Fontoura nasceu em Cachoeira do Sul (RS) em 1889. Em 1905 ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, participando da chamada "geração 1907", junto com Getúlio Vargas. Em 1921 foi eleito para a Assembleia dos Representantes. Em 1925 foi eleito intendente de Cachoeira do Sul. E chega a vice-presidência do Rio Grande do Sul, ao lado de Getúlio em 1927, no ano seguinte, é eleito deputado federal. Na Capital da República foi o principal interlocutor de Getúlio Vargas para as eleições e a Revolução de 1930. Apesar de ser o vice-presidente do estado, Vargas nomeia Oswaldo Aranha como interventor rio-grandense e coloca Neves da Fontoura como consultor jurídico do Banco do Brasil, isso o afasta do governo. Adere a Revolução Constitucionalista e devido à derrota, vive um exílio de dois anos na Argentina. Eleito deputado federal em 1935 passa a compor a minoria oposicionista. Em 1936 foi nomeado para a Academia Brasileira de Letras e se reaproxima de Getúlio Vargas a ponto apoiar o golpe que instituiu o Estado Novo. Durante a ditadura varguista foi representante brasileiro em diversas ocasiões, sendo Ministro das Relações Exteriores em dois períodos, durante o Governo Dutra e no segundo Governo Vargas. Na redemocratização se filiou ao PSD (ABREU, 2001).

desenvolvidas pelo historiador francês Raoul Girardet no final da década de 80 do século passado. Para Girardet, há no segundo plano da política, inconscientemente, elementos das narrativas religiosas e que a população fica mais suscetível a essa efervescência mitológica em momentos de crise. São contemplados quatro conjuntos em seu estudo: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade. O arquétipo do salvador pode ser observado durante toda a campanha:

> *A imagem legendária é, de qualquer modo, a de um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu retiro modesto, longe dos tumultos da vida pública. Interrompendo uma velhice tranquila e respeitada [...], a angústia de todo um povo bruscamente confrontado com a desgraça o chama ou o traz de volta à frente do Estado (GIRARDET, 1987: 73).*

A figura do homem velho que abandona o conforto do seu lar e a tranquilidade da sua velhice para socorrer o povo foi diversas vezes reiterada durante os discursos. Vargas seria o candidato sem ambições:

> *Posso dizer, portanto, que não retornei às lutas politicas pela sedução do poder, que para mim não guarda nenhum segredo e cujas amarguras tão fortemente me foram reveladas; se estou na praça pública disputando a primeira magistratura da Nação, é porque, obediente aos imperativos da vontade popular, inteiramente me dediquei ao apostolado de um nobre ideal (VARGAS, 1951: 634).*

O mito que se formou em torno da figura de Vargas, e que continua ecoando, surge a partir de uma demanda da sociedade. Entretanto, demanda aqui não deve ser compreendida como algo racional, e sim como condições históricas que davam sustentação para anseios de certas camadas sociais, pois “o mito político jamais deixa, [...], de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica” (GIRARDET, 1987: 81). Apesar das alterações que o processo político brasileiro sofreu desde a redemocratização pós-1985, o clamor por um líder político que se coloque como o salvador ainda é recorrente.

Historicamente datado, o mito conserva características pessoais daquele que materializa sua existência. Getúlio Vargas não é somente o salvador, é o salvador dentro das características que o definem: o sorriso, a altura, a capacidade de mediador. O mito político é a relação dialética entre o candidato a herói e as suas condições históricas:

> *O mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade*

> *dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstancias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado. Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação a função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência (GIRARDET, 1987: 82).*

A qual exigência a candidatura de Vargas respondia? A narrativa que é construída através dos discursos reforça uma oposição entre o candidato petebista e as forças adversárias a "obra renovadora da Revolução de 1930" (VARGAS, 1951: 634). A campanha de 1950 remete a outubro de 1930, como se os eventos ocorridos concentrassem todo o projeto político que deságua no trabalhismo:

> *O corte, a ruptura revolucionária no curso da história, era claramente situada em outro acontecimento político: a Revolução de 1930. Trinta e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior, 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar (GOMES, 1994: 175)*

Essa escolha gera um silenciamento calculado sobre 1937 e o Estado Novo. A ditadura varguista foi pauta recorrente durante a campanha de 1950 através dos demais candidatos ou da impressa opositora, porém Vargas não ecoava esse debate limitando a se posicionar como um candidato democrático.

Postura semelhante, mas por motivos diversos, ocorreu com a CLT. Leitores mais desavisados podem se debruçar sobre os discursos que ocorreram durante a campanha para analisar como as leis trabalhistas foram utilizadas como ferramenta de persuasão. Isso, contudo, não ocorreu. O vínculo entre Getúlio Vargas e a CLT já estava consolidado, o mesmo já era visto como responsável pelos avanços ocorridos na legislação.

Na interpretação de Ângela de Castro Gomes, a construção deste vínculo pode ser datada, e o marco seria o Estado Novo com ênfase em 1942 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial:

> *A partir do Estado Novo que sua figura começou a ser projetada como a de um grande e indiscutível líder nacional. Em 1938 a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getúlio Vargas era seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e*

> *toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações (GOMES, 1994: 203).*

Havia preocupação com propaganda anterior a esta data, mas 1942 é o momento que evidencia o esgotamento do regime ditatorial, a sociedade demandava pela abertura democrática. É dentro desse contexto que a construção consciente da imagem de Getúlio Vargas passa a ser reforçada através do tripé: Departamento de Imprensa e Propaganda, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Educação e Saúde. Duas instituições intimamente ligadas às políticas sociais do governo e uma terceira pensando a propaganda[6], pois não bastava fazer era necessário divulgar.

Nesse projeto, a atuação de Alexandre Marcondes Machado Filho, a partir de dezembro de 1941 como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e acumulando após julho de 1942 a pasta da Justiça, teve destaque. Foi durante sua gestão que foi promulgado a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), e houve um forte investimento consciente na vinculação da imagem de Vargas a essas leis. Durante toda sua gestão, de janeiro de 1942 a julho de 1945, Marcondes Filho fez palestras semanais dirigidas aos trabalhadores. Foram produzidos mais de 200 programas que tinham em média 10 minutos de duração e iam ao ar toda quinta-feira, durante a Hora do Brasil.

A influência desse espaço de divulgação só pode ser compreendida quando analisada a força que o rádio possuía como veículo unificador da população, em um momento em que os trabalhadores estão sendo integrados ao sistema político como eleitores. Marcondes Filho falava aos trabalhadores brasileiros sobre diversas temáticas: imposto sindical, trabalho infantil, doenças profissionais, autonomia da Justiça do trabalho, entre outros. Todos os temas eram perpassados pela importância que a ação de Getúlio Vargas nessas políticas. A vinculação foi eficaz e pode ser observada durante toda a campanha de 1950.

A construção institucionalizada e premeditada não descarta, porém, as ações no campo da política social desenvolvida durante os 15 anos de governo. É a própria política social que sustenta a propaganda ideológica produzida pelo DIP, assim como a campanha eleitoral que teve início em junho na cidade de São Paulo, quando Adhemar de Barros, em um comício na Colina do Ipiranga, faz o lançamento oficial da candidatura. Nesse período, foram

[6] O DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda possuía funções diversas como a produção cultural, material de divulgação, censura, entre outros.

pronunciados 79 discursos em 77 cidades espalhadas por todo o país e se fez necessário uma logística prévia que organizasse esse período intenso de viagens.

A logística era responsabilidade do Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas, que ficava no terceiro andar do número 277 da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro. O Comitê era formado por quatro pessoas, sendo João Neves da Fontoura presidente[7] e três vice-presidentes, cada um responsável por um departamento. As funções do Comitê eram as seguintes:

> 1. organizar a campanha eleitoral com elementos que forem postos à sua disposição;
> 2. preparar o programa de viagem do candidato à Presidência da República, com dia, hora e local dos comícios nos lugares previamente designados;
> 3. elaborar, com os técnicos à sua disposição, os projetos de discursos, que devem ser apresentados ao candidato, para seu exame e modificações necessárias;
> 4. os dias, horas e locais dos comícios devem ser avisados com 4 ou 5 dias de antecedência, para a necessária preparação;
> 5. sem o plano de viagem previamente organizado e os discursos prontos não pode partir para uma viagem aventurosa ou de improvisações, feitas em paradas pelo caminho, cheias de imprevistos, sem organização e sem plano e, portanto, destinadas ao fracasso;
> 6. ou se faz isso ou é melhor desistir[8]

O Comitê possuía, além da sede nacional no Rio de Janeiro, sedes estaduais nas capitais dos estados e territórios, e comitês municipais, e havia, ainda, a possibilidade de constituição dos comitês distritais. Os comitês estaduais replicavam a constituição do nacional, quatro membros divididos em departamentos. A estrutura, em suas várias instâncias, foi organizada de forma hierárquica, ou seja, os comitês estaduais se reportavam ao nacional, estes (estaduais) eram responsáveis por repassar a informação no nível municipal, e cada município devia ser o centro para os possíveis comitês distritais que existiam na cidade.

Essa hierarquia foi importante quando observada a necessidade de uma campanha centralizada, que evitasse apropriações indevidas ou inapropriadas da figura de Getúlio Vargas. Ademais, a criação de comitês em diversos locais e com níveis hierárquicos desvinculou a campanha do PTB, ou seja, a campanha para a presidência não ocorreu nos diretórios do partido. As próprias diretrizes afirmavam que o Comitê devia ser formado por membros de cada corrente política que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas.

---

[7] Em alguns documentos João Neves da Fontoura afirma ser vice-presidente do comitê, sendo que o presidente seria Getúlio Vargas, porém era somente um cargo de honra. Aqui é utilizada como referência a hierarquia detalhada na organização do Comitê.

[8] Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 6.

A uniformização da campanha também era o objetivo do Departamento Nacional de Propaganda, comandado por Epitácio Pessoa, filho de João Pessoa que foi candidato à vice-presidente na chapa oposicionista da Aliança Liberal, quando Vargas fora candidato à presidência em 1930. O objetivo principal era "estudar, uniformizar e orientar os serviços de propaganda em geral", além de instruir "os Comitês Estaduais, no sentido de subordinarem as campanhas locais aos interesses nacionais" [9].

Os dois últimos departamentos têm funções bem específicas. O Departamento Nacional de Organização e Fiscalização do Pleito era coordenado por Mozart Brasileiro Pereira do Lago, bacharel em Direito, e que, nessa mesma eleição, foi eleito senador pelo Distrito Federal na legenda do PSP. A função do departamento era "estudar os métodos mais aconselháveis e orientar os comitês estaduais no que tange à preparação e fiscalização do pleito[10]". Nesse momento, era função do partido a impressão e distribuição das cédulas eleitorais, e era o departamento do Epitácio Pessoa responsável por essa demanda, a Organização e Fiscalização do Pleito deveria estabelecer depósitos em cidades estratégicas que facilitariam a comunicação com municípios próximos. Resumidamente, Mozart Lago deveria pensar em estratégias para reduzir a chance de fraudes, nomear os fiscais, delegados e juízes eleitorais juntos ao Tribunal Regional Eleitoral, mas a sua principal atuação estava concentrada no dia 3 de outubro.

O quarto e último era responsabilidade do militar Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. O Departamento Nacional de Finanças tinha por meta:

> 1. Angariar, pelos meios que julgar mais convenientes, fundos próprios necessários à campanha eleitoral, independentes dos recursos de cada corrente partidária;
> 2. Executar as distribuições de verbas destinadas aos Estados e determinadas pelo Comitê, objetivando suprir os encargos das diversas correntes nos setores regionais, quando for aconselhável essa providência;
> 3. Fiscalizar a aplicação geral das verbas destinadas aos Estados e aos serviços gerais do Comitê;
> 4. Receber as contribuições feitas para a campanha e efetuar os pagamentos[11].

Funcionando como setor financeiro, possuía ainda, uma Tesouraria com os cargos de 1º e 2º tesoureiro. Analisando todos os departamentos, o que se sobressai é a ausência de um petebista de destaque. A campanha não é organizada nos diretórios do partido e não há

[9] Ibidem, p. 2.
[10] Idem.
[11] Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 1

representantes do mesmo no núcleo duro de organização. Essa característica também aparece nos discursos de Getúlio Vargas, pois o mesmo afirmava não ser o candidato propriamente de um partido.

Esses discursos tiveram início em 09 de agosto em Porto Alegre, primeira cidade da excursão organizada pelo Comitê Nacional Pró-Getúlio Vargas. Da capital gaúcha, o ex-presidente seguiu para São Paulo e daí para o Rio de Janeiro[12]. Da capital federal dirigiu-se para o interior de Minas Gerais (Pirapora) e interior maranhense (Carolina). Percorreu o Norte e veio descendo o Nordeste, parando na Bahia, onde falou em quatro cidades. Em seguida, visitou o Espírito Santo e o Estado do Rio. A etapa posterior incluiu os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o interior de São Paulo e finalmente o Sul. Nesses 53 dias Vargas esteve em todos os 20 estados brasileiros e no Distrito Federal, visitando todas as capitais e mais 54 cidades. Três estados receberam atenção especial: Rio Grande do Sul (21 cidades), São Paulo (14) e Minas Gerais (7).

A eleição presidencial de 1950 foi a primeira experiência democrática de massas para os brasileiros. Uma longa campanha por todo o país, com amplo financiamento[13], utilização dos meios de comunicação e mobilização ampla do eleitorado. Apesar da análise se concentrar na campanha de Getúlio Vargas, os demais candidatos, Eduardo Gomes e Cristiano Machado, também viajaram pelo país e investiram na divulgação. Logo, as características da campanha não devem ser observadas como um diferencial de Vargas, mas como uma necessidade que surge a partir das mudanças do eleitorado no pós-45.

Não é um diferencial de Vargas, mas é um diferencial da própria eleição e que marca uma nova forma de se relacionar com os eleitores. A profissionalização da campanha eleitoral é crescente e contínua, e ainda se aperfeiçoa nos dias atuais. O processo começou com o fim do Estado Novo, mas a eleição de 1950 surge como um marco, pois possui todas as características de um processo eleitoral regular, diferente de 1945 que ficou marcado pelo processo de abertura com o fim da ditadura.

---

[12] O roteiro aqui apresentado está baseado na organização dos discursos apresentada na coletânea *A campanha presidencial* da Editora José Olympio.

[13] Por financiamento de campanha compreende-se a necessidade de a própria candidatura controlar os orçamentos e buscar financiadores. Uma campanha planejada em nível nacional possui custos que devem ser honrados. Campanhas anteriores já possuíam viagens pelo Brasil, como é caso da Aliança Liberal em 1930, mas o que ocorria era uma relação entre "diretórios", assim o candidato visitava os locais onde era convidado e, normalmente, os custos eram pagos pelos apoiadores daquela região. Em 1950 há uma centralidade das decisões de viagem e custos, que faz emergir a necessidade de financiadores que não necessariamente estão participando do pleito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

_____, Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos:* eleições federais e estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei:* A Construção da Imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. 2002. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002,

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*: do Império aos dias atuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Dandara de. *De São Borja o Catete*: A campanha de Getúlio Vargas e a Tribuna da Imprensa na eleição presidencial de 1950. 2016. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

REGAL, Débora Kfuri. *Getúlio Vargas volta ao Catete:* A estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. São Paulo: Editora José Olympio, 1951.